

ARTIGO - 4. AS PERSPECTIVAS DA CONSERVAÇÃO DESDE O SUL  
GLOBAL: PATRIMÔNIO PARA TODOS: DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL /  
REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO: NARRATIVAS PLURAIS E MEMÓRIAS  
SILENCIADAS / NOVAS PERSPECTIVAS E ABORDAGENS NA GESTÃO,  
VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.

**O DISCURSO AUTORIZADO DO PATRIMÔNIO NA LÓGICA DO  
TOMBAMENTO DOS CONJUNTOS URBANOS HISTÓRICOS DO CEARÁ.**

*Yan De Abreu Gomes Vasconcelos (yancdz@gmail.com)*

*Dirceu Cadena (dirceucadena@gmail.com)*

O discurso autorizado do patrimônio (DAP) parte da premissa de que existe um pensamento hegemônico que opera construção do imaginário acerca do patrimônio, influenciando a maneira como nós visualizamos, pensamos e falamos sobre estes bens. Este ideário tende a enaltecer um conjunto de valores oriundos de uma elite intelectual ocidental, na qual deveriam servir de grandes balizadores para a preservação e conservação de objetos do passado. Além disso este discurso opera sobre o tipo de passado que se deseja preservar e a quem seria porta-voz legal deste passado. No DAP o passado validado é o nacional, aquele que é construído como a intenção de estabelecer uma história e identidade únicos para toda a nação. Nesse sentido um bem é eleito como patrimônio nacional por estar relacionado a um recorte ou evento histórico de relevante importância para a nação, ratificado por sua historiografia oficial. Já no tocante ao processo de escolha, apenas um grupo seletivo de especialistas teria a capacidade salvaguardar esses bens culturais, uma vez que estes teriam a habilidade e a sabedoria de reconhecer os valores que lhe

são inatos e a relevância histórica que possuem. No Brasil, esse pensamento se fez bastante presente nas primeiras décadas de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Essa postura se modifica sensivelmente a partir dos anos 1980, quando a matriz de pensamento se desloca da sobrevalorização dos aspectos estéticos para priorizar os valores e contextos históricos dos bens. Entretanto, algumas práticas vinculadas ao DAP ainda podem ser encontradas em algumas superintendências e coordenadorias regionais do Iphan, como é o caso do Ceará. Nesse sentido, o presente trabalho busca examinar os processos de patrimonialização dos quatro conjuntos urbanos cearenses (Aracati, Icó, Sobral e Viçosa do Ceará) sob a perspectiva do discurso autorizado do patrimônio, entendendo que estes tombamentos foram efetuados com base em uma série de discursos e práticas impregnadas por um pensamento colonialista e especialmente eurocentrado, o qual contribui para reforçar a invisibilização e apagamento da presença de grupos minoritários que habitam a região destas cidades. Metodologicamente, optamos por trilhar o caminho de uma análise documental dos dossiês de tombamento deste conjuntos históricos urbanos. Nesse sentido, nos propomos a realizar uma investigação de caráter interpretativo e comparativo, buscando compreender as narrativas e discursos que permeiam os documentos e sinalizar possíveis assimetrias entre o que era pensado ou proposto e o que foi concretizado. Como resultados preliminares podemos apontar que os conjuntos urbanos cearenses que receberam o título de patrimônio nacional pelo Iphan replicam padrões característicos do discurso autorizado do patrimônio, fato que, em nosso entendimento, excluiu do debate a participação de outros grupos socioculturais que historicamente são invisibilizados na sociedade.

Palavras-chave: patrimônio; discurso autorizado do patrimônio; iphan; ceará.